



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Companhia Energética do Piauí – CEPISA, concessionária de serviço público de energia elétrica no Estado do Piauí, tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O controle acionário da Companhia, que está incluída no Plano Nacional de Desestatização, é exercido pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS, que detém 99,98% do capital votante.

Conforme o Contrato de Concessão nº 04/2001-ANEEL, de 12/02/2001, a CEPISA mantém a concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do Estado do Piauí, com vigência até 07/07/2015, podendo ser prorrogado pelo período de até 20 anos, de acordo com o que dispõe a Lei nº 9.074/95.

O objeto social da CEPISA consiste na, realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e redes de distribuição de energia elétrica, e na prática dos atos de comércio necessários ao desempenho dessas atividades.

Em 31 de dezembro de 2004, a CEPISA atendia a aproximadamente 695 mil consumidores e 668 mil em 31 de dezembro de 2003, atendendo 223 municípios no Estado do Piauí, contando para esse fim com um quadro de 1.178 empregados em dezembro de 2004 e, 1.195 em 31 de dezembro de 2003.

A Companhia vem apresentando prejuízos operacionais e insuficiência de capital de giro. Está em curso um processo de reestruturação econômica e financeira, que inclui, entre outras medidas, a conversão de empréstimos e financiamentos da ELETROBRÁS em recursos para aumento de capital, conforme descrito na nota explicativa nº 20 e a captação de recursos financeiros adicionais, com o objetivo de permitir a recomposição do seu patrimônio líquido, o pagamento de suas obrigações de curto prazo e o restabelecimento de seu equilíbrio econômico e financeiro, com a conseqüente redução de custos, encargos e despesas e a geração de resultados positivos futuros.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, quando aplicáveis.

3. Principais Práticas Contábeis

Consumidores, concessionárias e permissionárias

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2004, contabilizado com base no regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber.

Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante e no ativo imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem aos custos de reposição ou aos valores de realização.

Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, atualizada pela Resolução ANEEL nº 15, de 24 de dezembro de 1997. A depreciação é calculada e contabilizada levando-se em consideração as taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução Normativa ANEEL nº 02 de 24 de dezembro de 1997 e no 44, de 17 de março de 1999.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

Em atendimento à Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas nos livros, em grupo específico no Passivo Exigível a Longo Prazo, estão apresentadas como dedução do Ativo Imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro de consumidores, da União e de outras fontes, com fins específicos de financiamento para obras.

Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até 31 de dezembro de 2004, quando legal ou contratualmente exigidos

4. Aplicações no Mercado Aberto

Instituição Financeira	Tipo	31/12/04	31/12/03
Banco do Brasil	Fundo de Renda Fixa	3.169	237

5. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	A Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos após 90 dias	Saldo		Provisão para Devedores duvidosos	
				31/12/04	31/12/03	31/12/04	31/12/03
Residencial	4.828	16.366	16.659	37.853	32.632	(16.570)	(12.216)
Industrial	918	3.240	7.310	11.468	8.020	(4.712)	(3.546)
Comércio, Serviços e Outras Atividades	2.099	6.889	7.870	16.858	14.319	(6.496)	(4.945)
Rural	495	1.703	2.216	4.414	3.332	(1.543)	(1.046)
Poder Público							
Federal	94	685	21	800	679	(10)	(7)
Estadual	738	1.202	1.394	3.334	4.439	(501)	(174)
Municipal	1.087	2.120	5.669	8.876	5.384	(2.387)	(1.307)
Iluminação Pública	1.819	939	3.317	6.075	5.354	(1.620)	(1.741)
Serviço Público	834	6.950	59.620	67.404	44.946	(43.452)	(27.490)
Energia Livre	4.670	-	-	4.670	2.518	-	-
Sobretaxa do Racionamento	-	-	7.735	7.735	8.225	(7.735)	(8.091)
Bônus do Racionamento	-	-	(83)	(83)	(119)	82	118
Serviço Taxado	56	113	1.160	1.329	1.269	(1.146)	(216)
Acréscimos moratórios	206	950	2.161	3.317	2.297	(1.741)	(1.207)
Encargo de capacidade							
Emergencial	345	1.150	3.346	4.841	3.333	(1.805)	(679)
Outros	-	-	-	-	-	(3.996)	(3.219)
Arrecadação em Processo de Classificação	-	(5.412)	-	(5.412)	(9.459)	-	-
Subtotal - Consumidores	18.189	36.895	118.395	173.479	127.169	(93.632)	(65.766)
Concessionárias	920	590	906	2.421	568	(29)	(11)
Comercialização no MAE	-	-	5	-	5	-	-
	19.109	37.485	119.306	175.900	127.742	(93.661)	(65.777)
Fornecimento não faturado	25.759	-	-	25.759	21.173	-	-
Total	44.868	37.485	119.306	201.659	148.915	(93.661)	(65.777)

A provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída conforme disposto no item nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, que entrou em vigência em 01 de janeiro de 2002, considerando os parâmetros a seguir descritos:

- consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- consumidores comerciais vencidos há 180 dias; e
- consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias

6. Títulos a Receber

A composição dessa conta é constituída da seguinte forma:

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/04	31/12/03	31/12/04	31/12/03
Setor Público	5.036	4.045	4.918	1.702
Setor Privado	24.041	15.581	-	-
	29.077	19.626	4.918	1.702

Os títulos a receber referem-se a parcelamentos de débitos de energia em atraso. Em 31 de dezembro de 2004, a companhia possuía títulos a receber vencidos no montante de R\$ 29.077 mil a curto prazo e, R\$ 4.918 mil a longo prazo. Em 31 de dezembro de 2003, R\$ 19.626 mil a curto prazo e R\$ 1.702 mil a longo prazo. A administração da companhia não tem expectativa de perdas na realização desses ativos.